

A MUSICALIDADE DA CAPOEIRA COMO ESTRATÉGIA DE ALFABETIZAÇÃO E AFROLETRAMENTO¹

Lorena da Silva Nunes²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre como a inserção da musicalidade advinda da capoeira na educação permite novas estratégias de alfabetização e afro letramento. A partir da ludicidade, indicamos como a capoeira e sua musicalidade podem ser uma importante estratégia para o desenvolvimento de habilidades mentais, cognitivas e físicas das crianças. O artigo foi construído fundamentado na pesquisa de cunho qualitativo e utilizando o estudo bibliográfico e a oralidade como procedimentos metodológicos básicos, realizo um debate articulando corpo, capoeira e educação básica. O texto se apoia em intelectuais como: Paulo Freire, Amílcar Cabral, Catherine Walsh, Elisabete Nascimento, entre outras e outros. Com a aprovação das Leis 10.639/03, que altera a LDB nº 9394/96 surge a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, que pode ocasionar a transformação de diversas perspectivas educacionais. A conquista decorreu da militância do movimento negro e de intelectuais apoiados pelos agentes sociais. E por meio dela poderemos repensar políticas educacionais e construir práticas antirracistas. O artigo apresenta discussões pertinentes acerca do tema, ao mesmo tempo que indica a musicalidade da capoeira como uma estratégia que permite uma abordagem de ensino afrocentrada, que pode promover o afro letramento e possui uma perspectiva de educação decolonial.

Palavras-chave: capoeira; música; alfabetização; educação antirracista.

ABSTRACT

This paper aims to reflect on how the inclusion of musicality from capoeira in education allows for new literacy and Afro-literacy strategies. Based on playfulness, we indicate how capoeira and its musicality can be an important strategy for the development of children's mental, cognitive and physical abilities. The article was constructed based on qualitative research and using bibliographical study and orality as basic methodological procedures, I conduct a debate articulating body, capoeira and basic education. The text is based on intellectuals such as Paulo Freire, Amílcar Cabral, Catherine Walsh, Elisabete Nascimento, among others. With the approval of Laws 10.639/03, which amends LDB nº 9394/96, the teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture became mandatory, which can lead to the transformation of various educational perspectives. This achievement was the result of the militancy of the black movement and intellectuals supported by social agents. And through it we can rethink educational policies and build anti-racist practices. The article presents pertinent discussions on the topic, while also indicating the musicality of capoeira as a strategy that allows an Afrocentric teaching approach, which can promote Afro-literacy and has a decolonial educational perspective.

Keywords: capoeira; music; literacy; anti-racist education.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campos dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Claudilene Maria da Silva.

² Graduanda em Pedagogia pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como intuito refletir sobre como a musicalidade que envolve a capoeira pode se fazer presente nas salas de aula não somente no mês estipulado como da consciência negra. Sempre acreditei em uma educação inclusiva, além disso, uma educação humanitária que fosse baseada em trocas. Essa é a força motriz que me motivou a dar vida a esse trabalho, refletir a partir de estudos, caminhos que nos levem a uma pedagogia decolonial que nos ensine, a partir de nossa própria história, as diversas disciplinas que temos. Pensar em uma sala de aula que fuja do engessamento e do tradicionalismo, permitindo que através da oralidade seja passado os conhecimentos/ ensinamentos de diversas matérias.

Assim, a reflexão pode nos ajudar a perceber como a musicalidade da capoeira traz letramento de vida e meios de alfabetizar deixando em evidência questões de cunho sociais, e a reafirmação que há saberes trazidos por nossos antepassados que merecem ser lembrados e ensinados utilizando uma prática que é tão valiosa: a oralidade.

Paulo Freire, educador brasileiro, patrono da educação, nos trouxe essa visão e nos apresenta estratégias concretas de que podemos recriar uma pedagogia diferente da que foi nos apresentada.

Freire, vislumbra a educação como ato de conscientizar, criar, desenvolver pensamento crítico em cada indivíduo, proporcionar autonomia e descolonizar mentes. Freire entendia a importância de uma educação humanitária, que além de ensinar a ler e escrever, reensinasse a ter a mente e o corpo livres. Entendia, assim como Amílcar Cabral, político, agrônomo, líder das lutas de libertação colonial da Guiné-Bissau e Cabo Verde, que apesar de ser um processo extremamente árduo e delicado, era e continua a ser um processo extremamente importante para a libertação das mentes.

As campanhas de alfabetização na África tinham forte motivação política. Elas eram consideradas como ferramentas básicas da criação da identidade nacional. A questão central que se colocava não era realizar campanhas de alfabetização de adultos por elas mesmas, mas de pô-las a serviço da reconstrução nacional” (Freire, 1977, p. 33).

Fanon (2008) traz a ideia de que os colonizadores, além de dominar o corpo do indivíduo, dominavam também sua mente e que isso parte de uma estrutura muito bem montada a séculos, organizada e fundamentada para não ser possível destruí-la. E ambos os citados no texto partem dessa mesma concepção.

“A libertação política não elimina a presença do colonizador. Ele continua na cultura

imposta e introjetada no colonizado. O trabalho educativo pós-colonial se impõe como tarefa de descolonização das mentes e dos corações”. (Fanon, 2008, p. 101).

Justamente por isso que afirmam ser um trabalho contínuo. Freire com sua pedagogia de libertação que consiste em entender o mundo do aprendente e não depositar nele conhecimento, como se fossem uma tábua rasa, propõe educar a partir das experiências que as pessoas acumulam ao longo da vida. E, eu acredito que a capoeira e sua musicalidade trazem esse olhar humano e inclusivo que tanto somos carentes. Valorizando assim a experiência, história e conhecimento de cada um, transformando a educação em uma troca, tal como uma grande colheita. Considero que a capoeira, em sua musicalidade, pode ser uma importante ferramenta para o desenvolvimento de habilidades mentais, cognitivas e físicas das crianças.

Metodologicamente, fundamentada na pesquisa qualitativa e na oralidade, baseando-me em estudos bibliográficos realizo um debate articulando corpo, capoeira e educação básica, destacando de que forma a musicalidade da capoeira pode ser uma estratégia pedagógica na sala de aula, para os processos de alfabetização e afroletramento. Com a aprovação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que alteram a LDB nº 9394/96 surge a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, que pode ocasionar a transformação de diversas perspectivas educacionais. A conquista decorreu da militância do movimento negro e de intelectuais apoiados pelos agentes sociais. Ao longo dos anos, pesquisadores da temática observaram que os negros, ao serem representados, estavam sempre no papel de escravizados em posições subalternizadas ou de forma estereotipada, contribuindo para a permanência do discurso racista na sociedade. Pesquisas realizadas por intelectuais de diferentes áreas do conhecimento, a título de exemplo, Nilma Gomes, apontam a ausência das questões raciais na abordagem metodológica da educação básica. A Lei nº. 10.639/2003 determina a inserção na matriz curricular das escolas, constituindo-se, num marco das políticas públicas no ensino. Contudo, essa abordagem tem muitos desafios. A primeira barreira enfrentada são as lacunas na formação acadêmica, onde as representações sobre África, quase sempre, se constituem a partir de uma visão eurocêntrica e estereotipada (Cynthia Veiga, 2019). Em seguida, vale salientar o próprio imaginário que se construiu a partir do racismo científico* em torno do que é africano, onde se reserva ao negro tudo que está à margem da sociedade. O ensino de religiões, crenças, mitos, aspectos sociais, políticos e outros elementos culturais permeiam o imaginário da sociedade como algo proscrito (Cynthia Veiga, 2019).

Portanto, pensar em um meio de ensino que vá além do método tradicional que conhecemos levará a uma nova forma de ver a cultura negra e tudo que está relacionado ao povo preto e o que vem dele, isto é, da valorização do continente como parte indelével da

construção da nação brasileira até o uso da musicalidade da capoeira para a educação básica. A educação é, sem dúvida, o principal caminho para combater o estigma de séculos de oligarquias ideológicas.

Considerando o perfil racial da sociedade brasileira, em que a população é majoritariamente negra e, conseqüentemente, esse fator se reflete na educação básica, a temática do pertencimento racial deveria estar presente na educação inicial. Contudo, conforme aponta Lima “A formação de educadores/as na dimensão étnico-racial é recente no Brasil. Se, atualmente, as iniciativas, de modo geral, são descontínuas e pontuais, eram ainda mais nos anos 1990 e, em anos anteriores, quase ou totalmente ausentes (Lima, 2007, p. 15).

Dentre as estratégias que podem ser inseridas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, objetivando inserir temáticas relacionadas à História e Cultura Afro Brasileira no cotidiano dos alunos, destaca-se o conhecimento, das manifestações culturais, como o samba e a capoeira, como exemplo. Os jogos lúdicos são importantes mecanismos de desenvolvimento da aprendizagem dos alunos das séries iniciais. De acordo com Marcia Souza (2016), a brincadeira, de forma agradável e eficaz, proporciona rapidez no processo de desenvolvimento de comportamento social e novos conhecimentos.

De acordo com Omri Ferruda Breda (2015), a capoeira estimula as crianças a desenvolver habilidades motoras, e, quase sempre observamos que os movimentos do corpo humano são essenciais para o desenvolvimento cognitivo. A capoeira permite às crianças desenvolverem as posições corporais como engatinhar, agachar e ficar ereto, ou seja, experiências corporais de modo orgânico. Entretanto, gostaria de refletir sobre a capoeira além dos movimentos corporais, o intuito desse artigo é refletir em como a musicalidade da capoeira pode estimular habilidades cognitivas nas crianças.

Conforme apontou Omri Ferruda Breda (2015), as músicas da capoeira se constituem como bibliotecas orais, na medida em que demonstram os saberes, mitos e valores da cultura popular. Podemos ressaltar, por exemplo, as músicas que falam sobre Luiza Mahin, Zumbi dos Palmares e Manoel Henrique Pereira (Besouro Mangangá). A presença da ancestralidade na música negra nos permite pensar os diversos saberes que se encontram na tradição de um povo num contexto em que a religião foi um elemento fundamental na formação do colonialismo. A partir da compreensão de que o poder está estabelecido na sociedade de forma desigual, é preciso pensar na música como um instrumento para a reconstrução das relações raciais pautando práticas antirracistas e decolonizadoras. Reconhecendo a importância do papel de outros grupos na construção da nossa identidade e utilizando outras perspectivas que fogem ao padrão da história oficial, como a valorização da espiritualidade, da oralidade e da tradição.

Rompendo, assim, com um discurso que foi construído ao longo da história para subordinar e criar categorias inferiores de seres humanos.

A capoeira deve ser considerada enquanto um lugar pedagógico, de resistência, autoria e intelectualidade negra (Sávio Melo, 2007). É a partir dessa perspectiva que iremos compreender a potencialidade pedagógica desta manifestação em movimento. A utilização da musicalidade da capoeira no Ensino Fundamental possibilita novos olhares em torno do desenvolvimento motor da criança, de sua criatividade e de sua compreensão sobre as questões étnico-raciais na sociedade.

No Brasil, a educação pública enfrenta sérios problemas para promover a inclusão social em especial da população PPP (preta, pobre e periférica) que vive em contexto social marcado pela miséria e empobrecimento crescente, a intensificação de desigualdades econômicas, educacionais e sociais, em uma nova cultura marcada pelos conflitos para garantir direitos para todos. Segundo Bonanino e Brandão (1994), em princípio, a necessidade de promover a igualdade de condições e de oportunidades para os alunos. Uma educação para todos significa, inclusive, desenvolver ações voltadas para grupos de classes sociais vulnerabilizadas.

A capoeira é política, luta, dança, é um legado ancestral. Pensar capoeira nas salas nos elucida que é muito mais que um conceito, é compreender como um todo a realidade distinta de cada indivíduo. É preparar não apenas um plano (que por vezes senão nos atentarmos acaba sendo engessado) é preparar o ambiente, mente, corpo e todo espaço ao nosso redor. É entender que o conceito de aprendizagem parte também das experiências com o mundo, é ter em mente que a prática pedagógica é um conjunto de conhecimento que se divide entre saberes, experiências e habilidades.

Na capoeira existe como expressão da musicalidade os corridos, as ladainhas e as louvações. Acredito ser relevante trazer uma breve explicação baseada em minhas vivências em rodas, de como essa musicalidade se organiza na capoeira, pois elas têm como função conduzir o jogo na roda e juntamente com o berimbau ditar como será o diálogo na roda.

São as ladainhas que abrem a roda, os capoeiristas esperam agachados em frente ao berimbau até o momento de poderem entrar na roda, já os corridos são posteriores às ladainhas, é no corrido que a cantiga acelera e conseqüentemente o jogo também. O cantador puxa o corrido e o restante da roda repete o refrão no mesmo ritmo acompanhado das palmas.

Essas musicalidades eram utilizadas para expressar suas angústias, relatar denúncias contra o sistema escravista e extravasar seus anseios e seguem até hoje com esse legado, Melo 2007. Nesta pesquisa nos debruçaremos sobre essa tradição oral: a musicalidade da capoeira,

ela é uma das peças fundamentais que deu vida à investigação.

O texto está organizado em tópicos sequenciais “ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO”, que trará uma discussão acerca desse tema e suas definições, logo em seguida teremos o tópico “DESIGUALDADE EDUCACIONAIS”, “PROCESSOS EDUCACIONAIS” neles, discutiremos sobre uma estrutura que, arraigada desde o período escravocrata promove políticas injustas e, “NA CAPOEIRA TAMBÉM TEM BÊ A BA”, onde abordaremos mais detalhadamente meios de utilização das ladainhas e corridos em processos educacionais.

O trabalho tem como objetivo refletir sobre como a inserção da musicalidade advinda da capoeira na educação permite novas estratégias de alfabetização e afroletramento. A intencionalidade aqui imprimida, é pensar estratégias pedagógicas que ultrapassem modelos que foram durante tanto tempo seguidos; fazer emergir novas construções que somem com futuros estudos; pensar em novas perspectivas pedagógicas que promovam a libertação dessas correntes mentais; e construir novas visões e práticas pedagógicas.

2 ALFABETIZAÇÃO E AFROLETRAMENTO

A Lei nº 10.630/2003 altera a LDB e determina a obrigatoriedade do ensino sobre a história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos. Essa norma demanda uma atenção especial da educação superior, especialmente nos cursos de licenciatura, para garantir uma formação inicial e continuada de professores que atendam a essa exigência (Nascimento, 2010).

Nos últimos vinte anos no Brasil, uma série de trabalhos acadêmicos, como artigos, dissertações, teses e livros, assim como materiais didáticos, documentos orientadores e diretrizes curriculares, têm sido divulgados abordando o currículo e a formação de professores no contexto da Educação para as Relações Étnico-Raciais. Esse campo teórico surge a partir do diálogo e da luta contínua que caracteriza historicamente o Brasil, um país com uma herança escravocrata.

Em meio à formação do campo da Educação para as Relações Étnico-Raciais, que aborda o ensino da cultura e história africanas, representou um ponto de virada e influenciou as discussões em curso nas políticas públicas, em sintonia com o diálogo com o movimento negro. Esse movimento impulsionou a interseção entre educação e diversidade, bem como a produção relacionada ao currículo, gerando e continuando a gerar impactos significativos no debate

educacional no Brasil até os dias atuais.

Para alguns estudiosos da temática, os processos de alfabetização e letramento ocupam um lugar importante dentro do debate da educação para as relações étnico-raciais. Em sua análise sobre o letramento racial na formação de professores, Elisabete Nascimento lança a seguinte problemática: o professor estaria apto para implementar a referida lei, além dos aspectos folclóricos? Os cursos de licenciatura estariam aptos a esta demanda? Ou, ainda, qual a importância da Leitura e das práticas de Letramento, ou o que aqui se definiu como AfroLetramento para a implementação da Lei? (Nascimento, 2010).

Conforme apontado por Marchesoni e Shimazaki (2021), a alfabetização e o letramento devem ocorrer simultaneamente, sendo que o letramento refere-se ao uso social da leitura e escrita, habilidades que o educando já adquire de alguma forma. Esse processo começa antes mesmo da alfabetização convencional. O indivíduo interage com práticas de letramento em seu ambiente social, pois já está inserido na sociedade e possui conhecimentos prévios adquiridos no dia a dia. Esses conhecimentos se relacionam com o aprendizado científico, capacitando-o a compreender e dominar a leitura e a escrita. Sendo assim, no processo educativo, é essencial estabelecer uma relação entre alfabetização e letramento, além de adotar uma visão ampla dos diversos aspectos envolvidos em ambos os processos. Isso implica operar com elementos significativos em uma construção social que permita que a aprendizagem seja uma experiência social mediada pelo uso de instrumentos e símbolos. Essa abordagem, defendida por Vygotsky, em seu livro *Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar* enfatiza que a aprendizagem é fundamental para o desenvolvimento cognitivo e deve ser uma atividade social relevante para a vida. O progresso cognitivo do aluno surge da interação social, ou seja, da interação com seus pares e o ambiente ao seu redor. Portanto, o aluno traz consigo conhecimentos provenientes dessas experiências prévias, que devem ser consideradas no processo de alfabetização (Marchesoni; Shimazaki, 2021).

Partindo desse pressuposto, de acordo com Nascimento (2010), podemos definir afroletramento como uma prática de leitura e escrita partindo de uma perspectiva racializada, isto é, afrocentrada. Letrar é mais complexo que alfabetizar; significa, sobretudo, ensinar a ler e escrever dentro de um viés em que a leitura e a escrita tenham importância para quem escreve e para a sociedade. Logo, letramento significa alfabetizar, habilitando dizeres, discursos e identidades, enfim, significam, também, um instrumento de controle de privilégios e de transformação das relações de poder. O conceito de afroletramento docente envolve lidar com os desafios relacionados à integração entre a formação acadêmica e as práticas educacionais, e também com os processos de subalternização, exclusão e perpetuação do racismo, conforme

sugerido por Elisabete Nascimento (2010), posição esta compartilhada por Felipe e Feldmann (2018). Defendemos essa abordagem porque ela se manifesta como uma prática dos educadores - não apenas funcionalmente para eles - ao desafiar a aceitação implícita da racionalidade eurocêntrica moderna como o único padrão para a construção do conhecimento. Ainda conforme Nascimento (2010), a formação de professores deve evidenciar a África e suas diásporas tanto na escola como em outros contextos, o afroletramento docente traz consigo uma epistemologia poderosa para reinterpretar questões sociais como objetos, temas e problemas - como trabalho, educação, qualidade de vida e acesso a políticas públicas - na formação de professores, conforme se manifestam no dia a dia, sem perder de vista os processos históricos subjacentes que têm sido subalternizados e colonizados.

Deste modo, podemos considerar que o conceito de letramento é entendido como um processo complexo relacionado ao uso social das diversas formas de linguagem que se interconectam. Isso significa que não se trata apenas do uso de leitura e escrita como habilidades técnicas, mas sim das práticas sociais contraditórias de leitura e escrita em uma sociedade marcada por hierarquias, especialmente no que diz respeito aos grupos marginalizados. Um efeito negativo de um letramento excludente e baseado em assimetrias é reforçar a ideia de incapacidade de acessar, produzir ou alterar os padrões linguístico-discursivos reconhecidos e valorizados pelo uso social que as elites fazem do letramento como meio de perpetuar seus privilégios. Diante disso, surge a questão: o que é proposto pelo afroletramento? O afroletramento representa uma oportunidade de (re)definição epistemológica capaz de propor novas estratégias políticas e educacionais para a inclusão de pessoas negras e afrodescendentes em um contexto dominado pela cultura escrita (Nascimento, 2010).

Podemos considerar que o afroletramento parte, antes de tudo, de uma perspectiva afrocentrada do processo de alfabetização. Envolve, sobretudo, examinar as múltiplas facetas da África, dos africanos e dos afrodescendentes com uma abordagem que lhes concede protagonismo e implica considerar não apenas os aspectos culturais, mas também os políticos, sociais, históricos, psicológicos e econômicos, assim como sua relevância nas políticas públicas sociais. Por outro lado, manter e perpetuar a subalternização desses grupos é o oposto do protagonismo (Nascimento, 2010).

A afrocentricidade vai além e influencia outros tipos de aprendizagem, muitas vezes de maneira sutil e já internalizada em nossa cultura. No contexto do dia a dia, incluindo as interações na educação formal e na formação de professores, ela questiona os comportamentos colonizados e os processos formativos em geral. Em uma análise mais detalhada, a afrocentricidade inicialmente reconhece a natureza ideológica da categoria "raça" e toda a

argumentação biologizante que a sustenta - como observado no projeto eugenista de formação nacional mencionado anteriormente. Nesse sentido, Silva (2016) propõe uma "localização moral e intelectual no conhecimento de si e autorreconhecimento".

A afrocentricidade apresenta uma dualidade, pois, por um lado, está ligada à herança da tradição africana, enquanto, por outro lado, está relacionada à metodologia multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar dos estudos nesse campo. Em outras palavras, a afrocentricidade destaca o complexo cultural de origem africana e da diáspora como um eixo de fortalecimento, integração e reflexão sobre esse mesmo legado (Nascimento, 2010).

Para os teóricos da afrocentricidade e em estudos sobre formação de professores e currículo que adotam o afroletramento docente (Felipe; Zappone, 2019; Mendonça, 2020; Peters, 2021), o desafio à matriz europeia implica em reposicionar o corpo para experimentar os processos sociais de forma mais solidária, ou seja, a partir de uma perspectiva diferente, aberta e pluriversal. Dessa forma, talvez seja possível questionar os processos de desigualdade social e exclusão, levando em consideração o que os indicadores sociais, não apenas no Brasil, já demonstram: o corpo negro é o principal alvo de violência e falta de proteção do Estado em diversos aspectos.

Ao embasar o conceito de afroletramento docente na ideia de afrocentricidade, Nascimento (2010) orienta-se para a formação de professores/as, enquanto também estimula a reflexão sobre a presença do corpo negro tanto na universidade quanto na escola, explorando temas como ancestralidade e linguagem. O objetivo do afroletramento não se resume apenas a capacitar os grupos historicamente marginalizados na técnica da leitura e escrita durante o processo de alfabetização. Ele busca também explorar o potencial social e político da leitura e escrita como ferramentas para desafiar a subalternidade desses grupos, além de romper com a hegemonia etnocêntrica que perpetuou a subalternização e as desigualdades.

Essa abordagem sugere que o afroletramento atue como um espaço onde os processos identitários e de identificação podem ser encenados, permitindo a dessubalternização das contribuições das culturas africanas e a promoção de práticas de compartilhamento na sala de aula. Ao propor o afroletramento docente, o professor também tem a oportunidade de se familiarizar com uma variedade de referências de origem africana, como os *orikis*, os *adinkras*, as máscaras, as linhagens, as encenações e as identidades - um mosaico de africanidades (Nascimento, 2010).

A presença de crianças negras nas escolas coloca em evidência a necessidade de educadores negros aprenderem sobre si mesmos e sobre o racismo. As questões sociais têm um impacto significativo na formação de professores e exigem uma compreensão mais crítica.

Por outro lado, este trabalho destaca que a formação de professores, especialmente diante do atual contexto de desafios democráticos e da crescente influência do movimento ultraconservador no Brasil, deve incluir discussões sobre as manifestações do racismo no cotidiano.

O afroletramento docente surge como uma oportunidade para abrir o diálogo e promover a coerência epistemológica com a luta política por uma sociedade equânime, democrática e, principalmente, diversa. Como resultado, os educadores podem se conscientizar de que frequentam os mesmos espaços marginalizados que as crianças negras, seja nas escolas onde realizam estágios, na Bahia ou em outras regiões. Para as crianças, essa prática estará além do processo de alfabetização, abarca a inserção da criança em práticas e linguagens que proporcionem a elas uma interação e compreensão do mundo de maneira mais ampla. O afroletramento desperta o atentar-se a conceber o letramento a partir de contextos reais, cultural, considerando os diferentes contextos sociais das crianças. Uso de elementos culturais que conectam a linguagem escrita à vida cotidiana delas. Dessa forma, permite o despertar um interesse natural e significativo pelo processo de aprender.

3 EUROCENTRISMO E PRODUÇÃO DE DESIGUALDADES EDUCACIONAIS

Os estudos decoloniais revelam a ausência do conhecimento sobre a cultura africana e a valorização do eurocentrismo no contexto escolar. Tomando como base esses estudos, é possível compreender que as estruturas imperialistas e coloniais sobrevivem até o tempo presente, e estão enraizadas nas instituições sociais, e isso inclui a escola, sobretudo pelo fato de ser um espaço de disseminação de valores éticos e morais. podemos afirmar que a colonialidade:

[...] se mantém viva em textos didáticos, nos critérios para o bom trabalho acadêmico, na cultura, no sentido comum, na auto-imagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em muitos outros aspectos de nossa experiência moderna. Neste sentido, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente. (Maldonado-Torres, 2007, p. 131).

Se inserirmos nessa análise o elemento racial, verificaremos que a colonialidade interfere, também, na construção identitária dos sujeitos em sala de aula. De acordo com Fanon (2008), o eurocentrismo produziu a subalternização de outros povos, dentre eles os negros, que define, também, como “colonizados”. Ele nos alerta para a importância de compreender a

alienação do negro dentro da hierarquia racial, a partir da interiorização do racismo. Esses fatores estão presentes sobretudo na forma como o colonizado se relaciona com a própria cultura:

Todo povo colonizado — isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural — toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será. (Fanon, 2008, p. 34).

Para Fanon, o caminho para desconstruir o complexo de inferioridade causado pelo racismo é a consciência de si, que se dá através da compreensão de si mesmo frente a história: “implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais”. (Fanon, 2008, p. 28). Em seus estudos, Bourdieu (1998) formulou uma importante teoria sobre a questão das desigualdades escolares. De acordo com ele, existiriam, na educação, dois pontos que mereciam a atenção dos professores e pesquisadores: a problemática do capital social e a educação. Podemos definir o capital social como essencialmente um conjunto de recursos que estão associados à pertença a uma rede de relacionamentos duradouros, tanto atuais quanto potenciais. Essa rede é composta por conexões entre pessoas que compartilham algum tipo de conhecimento mútuo e reconhecimento mútuo, muitas vezes institucionalizado. O capital social implica uma ligação a um grupo de pessoas que não apenas compartilham características semelhantes, mas também estão unidas por conexões permanentes e benéficas. No entanto, essas conexões não se limitam apenas às relações objetivas de proximidade física ou geográfica, nem se restringem ao espaço econômico ou social. Elas são construídas sobre trocas materiais e simbólicas que são fundamentais para estabelecer e manter esses laços, e isso requer o reconhecimento mútuo da proximidade entre os participantes. (Bourdieu, 1998).

Prosseguindo, quando se trata do que o autor define como capital cultural (Bourdieu, 1998), incorporado ao contexto escolar, é possível identificar três formas pelas quais ele se manifesta, conforme explicado por Bourdieu em 1998. No estado incorporado, o capital cultural se apresenta como disposições duráveis dentro do próprio organismo do indivíduo. É como se fosse um conjunto de habilidades e conhecimentos que se tornaram parte intrínseca da pessoa, um hábito incorporado. Esse tipo de capital não pode ser transmitido instantaneamente, como acontece com o dinheiro ou um título de nobreza. Em vez disso, é adquirido de maneira gradual e muitas vezes inconsciente. Bourdieu enfatiza que esse capital não pode ser acumulado além das capacidades de assimilação de um único agente; ele se esgota

e desaparece junto com o portador, conforme suas capacidades biológicas, memória etc. (Bourdieu, 1998).

Por outro lado, no estado objetivado, o capital cultural se manifesta na forma de bens culturais tangíveis, como obras de arte, livros, dicionários, instrumentos musicais e equipamentos. Esses objetos culturais têm propriedades que só podem ser entendidas em relação ao capital cultural incorporado, ou seja, à bagagem de conhecimentos e habilidades que uma pessoa possui. (Bourdieu, 1998)

A utilização da capoeira na sala de aula como uma estratégia para promover o capital social, conforme concebido por Pierre Bourdieu, oferece uma abordagem inovadora e holística para o desenvolvimento educacional. Bourdieu, renomado sociólogo francês, argumentou que o capital social, composto por redes de relações interpessoais, confiança mútua e normas compartilhadas, desempenha um papel crucial na formação das comunidades e na reprodução social.

Quando aplicado ao contexto escolar, o capital social pode ser visto como fundamental para promover uma cultura de cooperação, solidariedade e respeito mútuo entre os alunos. A capoeira que combina elementos de dança, música e luta, oferece uma plataforma única para cultivar esses valores, podemos apontar que a capoeira deve ser vista como uma espécie de "campo", um espaço onde seus praticantes compartilham interesses específicos e valores que são únicos para esse contexto. É crucial considerar a memória ancestral que o mestre de capoeira carrega consigo, pois ele é capaz de evocar uma atmosfera sonora inspirada em um passado distante, contrastando com a cacofonia urbana atual, onde veículos e máquinas emitem uma energia desarmônica que contrasta com a essência da capoeira. Apesar das mudanças, a essência espacial da capoeira permanece inalterada, uma roda aberta que se desdobra no espaço público, imersa na multiplicidade. A capoeira é uma arte essencialmente de movimento, e caracteriza uma expressão que se enraíza no pensamento e se manifesta em eventos conceituais que fluem no tempo de maneira efêmera. É a preservação de traços que não se destinam a formar uma totalidade fixa, mas sim uma identidade aberta, pronta para se configurar na interconexão de diferentes movimentos. (Sodré, 2012)

Não podemos deixar de mencionar que, de acordo com Sodré (2012), a capoeira, juntamente com outras manifestações de cultura negra, se constituem como um corpo de educadores coletivos, e produzem efeitos pedagógicos sobre a sociedade através de seus pleitos.

Logo, podemos considerar que a capoeira oferece formas de desenvolvimento do capital cultural uma vez que há o resgate de saberes e tradições ancestrais e do social dos

sujeitos, se distanciando de lógicas ocidentais que pretendem os distanciamentos da ancestralidade e das raízes dos sujeitos.

Antonio Gramsci apresenta uma importante concepção acerca da função da escola na formação de hábitos morais e disciplinares. Assim, a concepção gramsciana acreditava que o instrumento para a transformação do mundo seriam a educação e cultura. Gramsci acreditava que a educação seria um caminho para o homem adquirir conhecimento e transformar sua realidade:

Gramsci instituiu a educação e a escola como instrumento para superar as diferenças sociais e transformar a sociedade, sendo destinada a atender a toda população, sem distinção de classes; a manter um “vínculo estreito entre a escola e o trabalho, assim como entre a educação técnica e a educação humanista”; e formar cidadãos capazes de se tornarem dirigentes independentemente do grupo social ao qual pertenciam e para atuarem de forma autônoma e crítica (Monasta, 2010, p. 22)

A partir da compreensão de que o poder e o conhecimento estão estabelecidos no ambiente escolar de forma desigual, é preciso pensar a prática docente como um instrumento para a reconstrução pedagógica pautando uma educação antirracista e descolonizadora. Reconhecendo a importância do papel de outros grupos na construção da nossa identidade, utilizando outros métodos que fogem ao padrão da história oficial, como a valorização da oralidade e da tradição. Rompendo, assim, com um discurso que foi construído ao longo da história para inferiorizar e criar categorias inferiores de seres humanos. Carlos Moore (2005) defende que o docente, ao trazer para a sala de aula os estudos sobre a Cultura Africana e Afro-Brasileira, contribui para o deslocamento dessa estrutura geopolítica de poder.

4 O PROCESSO EDUCACIONAL

Sabendo da significativa contribuição da educação numa sociedade, visto que é uma ferramenta essencial para a formação cidadã e conseqüentemente na transformação social, consolidando uma democracia. Além disso, é através das práticas educacionais que os seres humanos vão multiplicando conhecimentos, desenvolvendo habilidades e competências fundamentais para atuação do indivíduo em sua comunidade. A educação tem o seu conceito legal amparado na lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

“Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida

familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.”

A partir disso, a educação no Brasil é “direito social” (Art. 6º), assegurado pela Constituição Federal de 1988. No Art. 2º da lei nº 9.394, “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Dito isso, ter uma base forte, edificada e estruturada, permite que se tenha uma sociedade com índices satisfatórios de desenvolvimento, capaz de promover as sociedades condições para a vivência e sobrevivência de sociedades em países, como no Brasil, multiétnico e pluricultural.

As desigualdades sociais vivenciadas e acumuladas da população negra, refletem diretamente nos processos de escolarização das populações negras. Essas discrepâncias são graves e profundas, afetando a inserção da população negra na sociedade brasileira em múltiplos espaços, embaraçando a construção de um país democrático, participativo e diverso.

O sistema educacional assume, portanto, um papel fundamental na manutenção da divisão social do trabalho, na medida em que as escolas têm se configurado como um espaço estratégico de convivência social, pautada pela reprodução da dinâmica da sociedade capitalista (Guzzo; Filho, 2005, p. 3).

Sabemos que a grande maioria da população negra reside nas periferias espalhadas pelo Brasil. Segundo o Portal de Notícias UOL (2023), “O Brasil tem 11.403 favelas, onde vivem cerca de 16 milhões de pessoas, em um total de 6,6 milhões de domicílios, segundo uma prévia dos dados do Censo Demográfico 2022, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”.

Mas, quem são as pessoas que residem nesses locais? Segundo o Portal de Notícias CNN (2021), “A pesquisa aponta que a favela brasileira é uma condição urbana: 89% desta população está situada em Regiões Metropolitanas. Segundo a pesquisa, nelas, a população negra representa 67%, um patamar bem acima da média nacional, de 55%.”

Partindo desses dados acima citados, pode-se explicar brevemente que a formação das periferias, oriunda de processos históricos sociais, econômicos, políticos e culturais que duram ao longo do tempo. O termo “periferias” usado atualmente remete às áreas urbanas localizadas nas bordas das cidades e muitas vezes caracterizam-se por condições socioeconômicas desfavoráveis.

As desigualdades são gritantes nessa parcela da população, justamente ao saber qual a

cor de quem vive nesses lugares, o racismo estrutural, historicamente herdado dos projetos coloniais, vivenciados por negros/as durante séculos, coloca essas populações em condições insalubres e na educação o processo não é diferente. A escola enquanto uma instituição do Estado, tende a ser um recinto que reproduz e fortalece as desigualdades.

Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente - com todos os conflitos que lhes são inerentes -, o racismo que essa instituição venha expressar é também parte dessa mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista. (Almeida, 2019)

Nas escolas públicas, principalmente as que são localizadas nas periferias, são variados os fatores que contribuem significativamente, para que a escola seja um espaço de grandes desigualdades, percorrendo desde os altos índices de reprovação dos alunos à sua localização. Muitos parâmetros tem sido divulgados nos últimos anos mostrando as discrepâncias entre brancos e negros no acesso, permanência e conclusão dos percursos escolares.

É inegável que problemas históricos como as desigualdades sociais, a distribuição de renda e a defasagem educacional estão associadas, cada um desses fatores só poderão ser resolvidos de forma simultânea, cada um no seu lugar. Tratar da defasagem escolar vai além de resoluções simplistas, como a abertura de novas escolas, existe por trás de toda família pobre e periférica, uma avalanche de problemas sociais mal resolvidos no Brasil.

Todas essas problemáticas trazem consequências de longo prazo para a evolução do sistema educacional porque criam problemas específicos para a extensão do acesso à escola. De um lado, pelas mudanças de tradições, valores e hábitos exigidas de uma população para a qual a escola não faz parte da perspectiva normal de vida nem integra sua tradição cultural. Por outro lado, pela resistência das elites tradicionais em estenderem a cidadania a escravos e ex-escravizados e, portanto, pela dificuldade em aceitarem e promoverem o ideal da escolarização universal como fundamento das políticas públicas. (Goldemberg, 1993, p. 66 e 67)

A educação é considerada por muitos, se não por todas as pessoas como um bom investimento, visto que por meio dela, surgem oportunidades que contribuem significativamente no desenvolvimento individual e coletivo, mas só entender a importância da educação não é o suficiente para garantir a universalização do acesso e permanência dos jovens nesses espaços. Segundo Portella, Bussmann e Oliveira (2017, p. 483): “Os estudantes do sexo masculino, negros e que trabalham têm um risco maior de repetência, e o nível

socioeconômico é especialmente importante para os estudantes brancos”.

Diante de tudo que foi apresentado acima, podemos perceber alguns parâmetros que indicam porque a educação pública apresenta um alto nível de defasagem. Falta de investimento nas estruturas escolares, formação continuada de professores, políticas de assistencialismo às famílias dos jovens, qualidade do material didático, localização das escolas, superlotação das salas de aulas, dentre diversos outros fatores.

Um outro fator primordial no fortalecimento da defasagem educacional nas escolas públicas, além dos problemas estruturais, sociais, econômicos, é a defasagem da idade-série, caracterizada pela diferença entre a idade adequada do estudante para a série e a idade real do estudante, obviamente o esperado, recomendado e adequado é que os alunos na sua idade real, esteja na série equivalente a sua faixa etária. No entanto, o retrato do Brasil é totalmente o oposto.

Um elevado grau de distorção idade-série pode afetar a acumulação de capital humano por parte da população, trazendo não apenas consequências para os indivíduos, como também para a sociedade como um todo, afetando o crescimento econômico de longo prazo e retardando a queda na desigualdade social. Sendo assim, do ponto de vista social, a distorção idade-série não somente reduz a velocidade com que se acumula capital humano, como também afeta o nível máximo que este pode alcançar. Os motivos para a existência de defasagem idade-série são a reprovação, quando o aluno precisa repetir a série em questão; o abandono escolar, quando o aluno deixa de frequentar a escola por um período; ou, por fim, a matrícula tardia do estudante na escola. Alguns esforços para entender o fenômeno da distorção idade-série foram realizados no caso brasileiro, em parte pela grande quantidade de estudantes com atraso escolar, isto é, com defasagem idade-série positiva. (Portella; Bussmann; Oliveira, 2017, p. 480). O que já era grave, se intensificou ainda mais no período de 2020-2022, onde passamos por um delicado processo de saúde pública. A Pandemia de Covid-19, ocasionada por um vírus da família do SARS-COV, ficou bastante conhecida mundialmente, devido a um surto de pneumonia que matou milhões de pessoas. Inicialmente caracterizado como um surto, logo se espalhou desenfreadamente, transformando-se em uma pandemia, mobilizando as diversas instituições de saúde de todo o mundo em busca de soluções rápidas e eficazes.

No início desse processo, ao depararmos com algo novo e desconhecido, várias estratégias foram adotadas de caráter emergencial, a fim de barrar a circulação viral que estava sem controle. O isolamento social, uso de máscaras e o fechamento de escolas, foram algumas das alternativas encontradas para proporcionar um maior controle sobre o vírus, até obter medidas mais eficazes.

Diante disso, ficar em casa, ter aulas remotas, foi uma das opções para manter de certa forma a continuidade do ensino-aprendizagem dos alunos de escolas públicas e privadas. Porém, mais uma vez, nos deparamos com a problemática das desigualdades, a educação brasileira que já vinha engatinhando, sofreu um novo golpe, que intensificou os problemas antigos.

Recuperar a defasagem escolar requer abordagens específicas e personalizadas, pois as causas implícitas podem variar de aluno para aluno, de escola para escola, de região por região e assim por diante, a individualidade é uma forma de compreender a diversidade e fugir do equívoco de universalização currículo, de práticas pedagógicas e avaliações.

5 A CAPOEIRA TAMBÉM TEM BÊ A BA

Antes de discorrer acerca desse tópico, acredito ser de grande importância ressaltar que o tema aqui citado nada tem haver com a prática de alfabetização que consiste em unificar as letras para obter uma sílaba. A título de exemplo: B+E= BE e assim por diante.

O intuito desse tema, é ressaltar que há mecanismos de alfabetização e compreensão na musicalidade da capoeira e que através delas como já afirmei tantas vezes ao longo do texto aqui escrito, há uma gama de informações e saberes a serem aplicados nas salas de aula.

Essa metodologia de unir letras para a formação de uma sílaba, precede o processo de leitura concreta, o intuito de trazer o BA A BA em analogia à capoeira, é, justamente, elucidar o início dessa prática: a musicalidade.

É pensarmos a música como agente movimentador de conhecimento e saberes, ver a musicalidade da capoeira como esse movimento que traz novas perspectivas para práticas pedagógicas, a música permite essa ação de reconectar com o ancestrais e seus aprendizados/conhecimentos. Nos permitir desenvolver a consciência que assim como cada música traz uma velocidade de movimento, o saber também segue seu próprio ritmo e não é retilíneo, é ter a ginga para saber como ofertar conhecimentos pedagógicos e novas visões educacionais.

Os corridos são cantados durante a roda, os corridos são posteriores às ladainhas, é no corrido que a cantiga acelera e conseqüentemente o jogo também. O cantador puxa o corrido e o restante da roda repete o refrão no mesmo ritmo.

A louvação é uma cantiga curta, geralmente feita de improviso, normalmente usada para falar sobre seus mestres, origem e acontecimentos históricos.

As ladainhas são uma expressão cultural única, ligada à história da capoeira e à cultura

afro-brasileira. Introduzir essa forma de expressão nas escolas periféricas ajuda a reconhecer e valorizar a diversidade cultural, promovendo o respeito e a compreensão entre os alunos. É bem sabido que a capoeira historicamente foi uma forma de resistência e expressão cultural para comunidades marginalizadas. Ao integrar a capoeira e sua musicalidade no ambiente escolar, cria-se um espaço onde os alunos podem se sentir incluídos, independentemente de sua origem socioeconômica.

Há uma junção de aspectos físicos, habilidades sociais e emocionais. As ladainhas, muitas vezes, trazem mensagens de superação, respeito e autoconfiança, e isso acaba contribuindo para o desenvolvimento pessoal dos alunos.

Outro aspecto extremamente relevante é manter viva a tradição oral, pois as músicas são transmitidas oralmente e muitas vezes incorporam elementos poéticos e literários. Ao integrar essa tradição, as escolas podem valorizar formas não convencionais de comunicação, reconhecendo a importância da oralidade e das expressões linguísticas diversas.

A construção desse trabalho foi dada a partir dessa prática tão valiosa, exercitando a escuta e o observar, cada corrido, ladainha ou louvação escutada para conceber essa estratégia pedagógica pensando na aprendizagem através da oratura.

Isso promove um desafio de estereótipos e instiga a igualdade. Ao trazer essa prática para as escolas periféricas, onde o preconceito e a estigmatização podem ser mais presentes, cria-se um ambiente que desafia essas atitudes, promovendo a compreensão e o respeito mútuo.

Pensemos na potência de usar a seguinte corrido:

DANDARA

Ô Dandara foi mulher guerreira
 No quilombo se refugiou
 Conheceu Zumbi dos Palmares
 E logo se apaixonou, Dandara
 Dandara ê
 (Ê Dandara ê ê)
 (domínio público)

Através dessa música, podemos abordar duas figuras de extrema importância para a história do povo preto, trazer um conceito muito mais aprofundado sobre quilombos, exemplificando na prática o que são, promovendo uma aula campo em quilombos, por exemplo.

Dessa forma, entendemos sua história, surgimento e a força ancestral que o manteve até hoje. É possível compreender como surgiram os quilombos, como os ancestrais construíram rotas de chegada e sobrevivência no passado. Aprender sobre a agricultura familiar e como

essa prática foi desenvolvida para garantir o alimento que manteve o corpo forte e bem cuidado para enfrentar os desafios de tempo tão difíceis ouvindo dos mais velhos suas experiências e reafirmando uma prática tão milenar: a oralidade.

Pensemos também no seguinte corrido:

CAI, CAI BANANEIRA
 Do coqueiro eu quero é coco
 Da bananeira eu quero um cacho
 Meu facão bateu em cima
 Meu facão bateu embaixo
 Cai, cai, bananeira
 Meu facão bateu embaixo
 Cai, cai bananeira

Partindo desse corrido, pode ser trabalhado plantas/árvores que podem ser medicinais e frutíferas. Pensar em uma horta coletiva produzida pelos próprios estudantes e abordando através disso o conceito de agricultura familiar.

Garcia (2021), ao explanar sobre suas pesquisas que incorporaram o uso das ladainhas de capoeira dentro da sala de aula, diz: “Coisa de nego” foi feita na prática educacional antirracista, em uma história positivada da cultura afro-brasileira. Imaginem, criar ladainhas! Criar para escutar e estudar cantos de origem africanas a fim de aprender história”. E mais...

Os caminhos foram abertos, e memórias foram produzidas em cenário escolar pandêmico. Talvez daqui à dois ou três anos, quando um professor de história ou outro das ciências humanas fizer alguma provocação acerca das relações étnico-raciais, eles possam se lembrar da “maluquice” que um professor que trabalhou com eles usando a musicalidade da capoeira, como atividade, e compreender, de fato, que além do conteúdo, o processo de aprendizados para suas vidas é extremamente importante.

Poderão recordar também, ainda que brevemente que a alfabetização se deu através desse processo, pois usando esse mesmo canto, podemos pensar no processo de alfabetização.

A título de demonstração criei um jogo, utilizando a musicalidade chamado “aú fonológico”. O jogo consiste em três fichas: uma com músicas escritas e a outra com a palavra retirada da música com letras faltantes, por fim, a última com a representação concreta da palavra formada, ou seja, a imagem.

O aprendente irá usar o alfabeto móvel para identificar as letras que faltam e montar a palavra, logo em seguida deverá associar a palavra com a imagem na terceira ficha. Dessa forma, o jogo ajudará no processo de desenvolver a consciência fonológica e aprimoramento da escrita.

SOU ANGOLEIRO QUE VEM DE ANGOLA
 Que vem de angola
 Que vem de angola
 SOU ANGOLEIRO QUE VEM DE ANGOLA
 Toco atabaque, pandeiro, e viola
 SOU ANGOLEIRO QUE VEM DE ANGOLA
 Jogo pra Deus, e pra Nossa Senhora
 SOU ANGOLEIRO QUE VEM DE ANGOLA
 Vou voltá pra minha terra agora
 SOU ANGOLEIRO QUE VEM DE ANGOLA
 Esse jogo bonito, esse jogo de Angola...
 (Domínio público)

Pensar nesse corrido, nos faz pensar em trabalhar os estudos dos diferentes exemplos de mapas, a geografia dos lugares, começando pela África. A Partir disso, é possível se aprofundar na cultura, tradição de cada país.

Ao incorporar as musicalidades de capoeira nas escolas periféricas, os educadores têm a chance de criar um ambiente educacional mais inclusivo, valorizando a diversidade cultural, promovendo a igualdade e estimulando o desenvolvimento integral dos alunos.

Utilizar o contexto da periferia para alfabetização e letramento é uma estratégia pedagógica eficaz por várias razões. Essa abordagem reconhece e valoriza a cultura e as experiências dos alunos, tornando o processo de aprendizado mais relevante e significativo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A introdução da musicalidade da capoeira na educação fundamental é uma forma de descolonizar o currículo com elementos culturais afro-brasileiros que promovem o respeito, a consciência histórica e a expressão artística. Essa estratégia de ensino, nos traz riqueza e o resgate de memórias, abertura para uma história contada pelo seu próprio povo e resgate de saberes que foram marginalizados.

Diversos pesquisadores têm evidenciado que a escola reproduz as desigualdades sociais e raciais ao valorizar apenas um tipo de conhecimento e desvaloriza outras cosmovisões. De acordo com Bordieu (1998), a valorização de outros tipos de saberes possibilita a formação de cidadãos mais críticos e conscientes de seu papel na sociedade e cidadania. Não apenas o conhecimento acadêmico, mas a cultura e os saberes do aluno são elementos fundamentais para sua aprendizagem. Assim, podemos compreender que as escolas deveriam valorizar a cultura e o conhecimento dos alunos, em vez de impor determinado tipo de saber. Neste artigo

busquei refletir sobre como a musicalidade que envolve a capoeira pode se fazer presente nas salas de aula não somente no mês estipulado como da consciência negra. Sempre acreditei em uma educação inclusiva, além disso, uma educação humanitária que fosse baseada em trocas. Essa é a força motriz que me motivou a dar vida a esse trabalho, refletir a partir de estudos, caminhos que nos levem a uma pedagogia decolonial que nos ensine, a partir de nossa própria história, as diversas disciplinas que temos. Pensar em uma sala de aula que fuja do engessamento e do tradicionalismo, permitindo que através da oralidade seja passado os conhecimentos/ ensinamentos de diversas matérias.

Nos debruçar acerca dessas questões e refletir como a educação pode obter uma nova aliada para traçar novos meios de não perpetuar esse modelo eurocêntrico de ensino. Considero que a capoeira representa um tipo de conhecimento e habilidade que pode enriquecer a experiência educacional dos alunos. Ao aprender os movimentos, ritmos e cantos da capoeira, os alunos estão se engajando com uma forma de expressão cultural que tem raízes profundas na história da resistência e da identidade afro-brasileira. Esse conhecimento não apenas amplia a compreensão dos alunos sobre a diversidade cultural, mas também os capacita a apreciar e valorizar as contribuições culturais de diferentes grupos étnicos e sociais.

O artigo reflete como o problema da desigualdade educacional é oriundo de todo um processo histórico de discriminação das populações negras, pobres e periféricas, é uma ferida historicamente inflamada, e tentam cicatrizar com alternativas paliativas, deixando os tratamentos eficazes, que demandam altos investimentos de lado.

A urgência de proporcionar uma educação emancipatória, com um currículo voltado para a realidade e os cotidianos das crianças é de suma importância, para recuperar os letramentos emergentes, fundamentais no processo de ensino-aprendizagem, visto que através disso há uma efetiva participação dessas crianças, na construção da própria aprendizagem. Desta forma, acredito que esse artigo pode contribuir para intensificar reflexões e contribuições sobre esse tema. Durante a escrita deste texto surgiram questionamentos que somaram para meu processo de formação profissional: “Como posso contribuir mais efetivamente em sala de aula quando começar a exercer a docência?”, “ Como fugir de um modelo curricular eurocêntrico e que nada tem haver com a realidade da maioria dos educandos?”. Tais questionamentos orientaram meus passos e pensamentos até findar o trabalho e reafirmaram em mim que cultivar uma consciência histórica sólida é essencial para a construção de uma sociedade emancipada e potente. Desejo que esse artigo possa despertar a mesma sensação em quem o ler.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. [s.l.] Pólen Produção Editorial LTDA, 2019. Disponível em: <https://books.google.at/books?id=LyqsDwAAQBAJ>. Acesso em: 8 dez. 2023.
- ALVES, Clarice Gonçalves; Mendoza, Héctor José Garcia. Samba, **Pedagogia Histórico-Crítica E Teoria Da Atividade: Experiência Didática Sobre O Ensino Da História Social Do Samba**.
- BONAMINO, A., & Brandão, Z. (1995). **Currículo: tensões e alternativas**. Cadernos De Pesquisa, (92), 16–25. Recuperado de <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/855> Acesso em: 12 julho. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: [LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Vide Adin 3324-7, de 2005 Vide Decreto nº 3.860, de 2001 Estabelece as diretrizes e b](#). Acesso em: 8 dez. 2023.
- BREDA, Omri Ferradura. **A Capoeira como prática pedagógica na Educação Infantil**. Bourdieu, Pierre. **A sociologia da educação: limites e contribuições** FANON, Frantz. Pele Negra, Máscaras Brancas. Salvador:EDUFBA, 2008.
- FREIRE, Paulo, 1921 – F934i **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam** / Paulo Freire. – São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
- FELIPE, Luiz Carlos, e Mirian Hisae Yaegashi Zappone. **“Afroletrar O Letramento Para Enegrecer O currículo”**. Terra Roxa E Outras Terras: Revista De Estudos Literários, vol. 37, dezembro de 2019, p. 9-23, doi:10.5433/1678-2054.2019v37p8
- GARCIA, Rodrigo Santana da Silva. **ENTRE HISTÓRIA E LADAINHAS DE CAPOEIRA: uma possível narrativa no ensino de história**. p 96; Porto Alegre: 2021
- GOLDEMBERG, J. **O repensar da educação no Brasil**. Estudos Avançados, v. 7, n. 18, p. 65–137, 1993. Disponível em: [O repensar da educação no Brasil](#) . Acesso em: 8 dez. 2023.
- GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civiliza- ção Brasileira, 1985.
- GUZZO, Raquel Souza Lobo; FILHO, Antonio Euzébios. **Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora**. *Escritos educ.*, Ibitité , v. 4, n. 2, p. 39-48, dez. 2005 . Disponível em [Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora](#). Acesso em 08 dez. 2023.
- 27
- GUZZO, Raquel Souza Lobo; FILHO, Antonio Euzébios. **7 de cada 10 alunos brasileiros de 15 anos não sabem resolver problemas matemáticos simples, mostra Pisa**. Disponível em: [7 de cada 10 alunos brasileiros de 15 anos não sabem resolver problemas matemáticos simples, mostra Pisa | Educação | G1](#) . Acesso em: 8 dez. 2023.

LIMA, Maria Nazaré Mota, **Identities e cultura afro-brasileira : a formação de professoras na escola e na universidade.**

MARCHESONI, Laís Bastos, SHIMAZAKI, Elsa Midori. **Educação: Teoria e Prática**
MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de um concepto. *In*: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Orgs.) El giro decolonial. Reflexiones para uma diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007.

MOORE, Carlos Wedderburn. Novas bases para o ensino da história da África no Brasil. Brasília: In: BRASIL MEC/SECAD Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 133-166.

MELO, Sálvio Fernandes. **Cantiga de capoeira uma fonte de saber e ensino da historia e cultura afro-brasileira.**

MUNIZ, Sodré. **Capoeira, um jogo de corpo**

NASCIMENTO, Elisabete. **Afrotramento docente**, disponível em:<https://afrocentricidade.wordpress.com/wpcontent/uploads/2016/03/afroletram-entodocente-elisabete-nascimento.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2023.

PORTELLA, A. L.; BUSSMANN, T. B.; OLIVEIRA, A. M. H. DE. **A rela o de fatores individuais, familiares e escolares com a distor o idade-série no ensino público brasileiro**. Nova economia (Belo Horizonte, Brazil), v. 27, n. 3, p. 477–509, 2017. Disponível em: [A rela o de fatores individuais, familiares e escolares com a distor o idade-série no ensino público brasileiro](#) . Acesso em: 8 dez. 2023.

SENADO FEDERAL. **Constitui o Federal de 1988**. Disponível em: [Constitui o da República Federativa do Brasil](#) Acesso em: 8 dez. 2023.

SILVA, M. (2016). **Afrocentricidade: um conceito para a discussão do currículo escolar e a questão étnico-racial na escola**. *Revista De Educa o PUC-Campinas*, 21(2), 255–261. <https://doi.org/10.24220/2318-0870v21n2a2903>

SILVA, Marcia Maria Souza. **A Capoeira Angola E A Lei 10639/03 Na Educa o Infantil.**

VEIGA, Cynthia Greive. **Escola pública, modernidade eurocêntrica, processo civilizador e exclusão sociorracial: diálogos com Norbert Elias e Aníbal Quijano**

VYGOTSKY, L. S. (1991). **Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar** [Learning and Mental Development in School-Age Children]. *In*: A. Leontiev, L. S. Vygotsky, & A. R. Luria (Orgs.), Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem (pp. 1-17). São Paulo Editora Moraes

WALSH, Caterine. **Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re existir e re-viver**. In: CANDAU, V. M. (Org.) Educa o